

SUMÁRIO

Prefácio por Paulo de Barros Carvalho	11
Agradecimentos	17
Introdução	19

TÍTULO I – ESTRUTURAS DE FILOSOFIA E TEORIA GERAL DO DIREITO, 25

CAPÍTULO I – DIREITO E LINGUAGEM: PONTOS DE PARTIDA PARA O CONHECIMENTO, 26

1.1. A linguagem e o direito: Ciência do Direito e direito positivo	26
1.2. O falso problema da autonomia entre os ramos do direito positivo e da Ciência do Direito	31
1.3. Textos de direito positivo e normas jurídicas: enunciados e proposições	36
1.4. A respeito das normas jurídicas: normas em sentido estrito e em sentido completo – as normas de estrutura e comportamento	38

CAPÍTULO II – A TEORIA DOS SISTEMAS AUTOPOIÉTICOS DE NIKLAS LUHMANN, 47

2.1. Algumas generalidades sobre Luhmann e a Teoria dos Sistemas	47
2.2. A estruturação da Teoria dos Sistemas	48
2.3. O direito e a sociedade	53
2.4. Código	58
2.5. Programas	66
2.6. Acoplamentos estruturais: definição e histórico; entre economia e direito; e entre política e direito	72
2.6.1. Definição e histórico	72
2.6.2. Acoplamentos estruturais entre economia e direito	77
2.6.3. Acoplamentos estruturais entre política e direito	84

CAPÍTULO III – ALGUNS ACLARAMENTOS NAS
PREMISSAS UTILIZADAS, 91

3.1. Norma hipotética fundamental e fechamento operativo no nível programático	91
3.2. Antecedente normativo kelseniano <i>versus</i> acoplamento estrutural e abertura cognitiva: uma análise a partir da linguagem e sua estruturação	93
3.3. Contingência e condicionalidade	98
3.4. Tempo normativo e do sistema	101

TÍTULO II – ESTRUTURAS DE DIREITO DOGMÁTICO, 105

CAPÍTULO IV – DO DIREITO TRIBUTÁRIO, 106

4.1. Do Direito Tributário positivo e a norma jurídico-tributária	106
4.2. A definição de tributo: a doutrina e o CTN	108
4.3. As espécies tributárias: modos de classificação	111
4.4. Sobre a Regra-Matriz de Incidência	117

CAPÍTULO V – DO CÂMBIO E DA MOEDA, 128

5.1. Pequeno histórico da Moeda no Brasil e no mundo	128
5.2. Pequeno histórico do Câmbio no Brasil e no mundo	134
5.3. Definição do conceito jurídico da moeda, seu enquadramento legal, suas funções e características	146
5.4. Da definição do conceito jurídico de operação e contrato de câmbio e suas modalidades	153
5.5. Articulação entre direito tributário e política cambial	166
5.6. Entrada de capital	168
5.7. Saída de capital	170

CAPÍTULO VI – ALGUMAS OPERAÇÕES E REGRAS
ANÔMALAS DO CÂMBIO, 172

6.1. Da Compensação Privada	172
-----------------------------------	-----

6.1.1. Da compensação	172
6.1.2. Definição do conceito e enquadramento legal da compensação privada	173
6.1.3. Sobre a constitucionalidade e legalidade da compensação privada	179
6.1.4. Esquema lógico da norma em sentido completo da compensação privada	183
6.1.5. Distinções e elementos de conexão entre a compensação privada de direito monetário e a compensação, novação, confusão, assunção de pagamento e a cessão de crédito do Direito Civil, a compensação pelos sistemas de pagamento e a compensação de tributos	188
6.1.6. Evasão e elisão fiscal e evasão de divisas: pontos de conexão com o instituto da compensação privada	193
6.1.7. Formas de compensação privada	195
6.2. Utilização de produtos financeiros lastreados em moedas e operações derivadas	197
6.3. Operações de cobertura cambial nas exportações	199
6.4. Operações de manutenção de recursos no exterior na exportação	200
6.5. Operações com filiais, controladas e coligadas no exterior: reflexos na contabilidade integrada	203

TÍTULO III – ESPECIFICIDADES DE DIREITO DOG MÁTICO TRIBUTÁRIO, 211

CAPÍTULO VII – SOBRE O IOF, 212

7.1. Pequeno histórico do Imposto sobre operações financeiras	212
7.2. Da atual disciplina legislativa e constitucional sobre o IOF	214
7.2.1. Alguns problemas na nova formatação do IOF frente ao decreto 6.306 de 2007 e suas modificações pós-CPMF	216
7.3. Generalidades a respeito do IOF	218
7.4. Sobre o vocábulo “operações”	221

7.5. Espécies tributárias existentes sob a sigla IOF	223
7.6. Da definição do conceito do Imposto sobre Operações de Câmbio e do Imposto sobre ouro como ativo financeiro ou instrumento cambial	228
7.7. Da Regra-Matriz de Incidência Tributária do Imposto sobre Operações de Câmbio	232
7.7.1. Antecedente Normativo	232
7.7.1.1. Critério Material	232
7.7.1.2. Critério Espacial	234
7.7.1.3. Critério Temporal	234
7.7.2. Conseqüente Normativo	237
7.7.2.1. Critério Pessoal	237
7.7.2.2. Critério Quantitativo	239
7.7.3. Da regra de pagamento do imposto sobre operações de câmbio	243
7.8. Da regra-matriz do imposto sobre operações com ouro como ativo financeiro ou instrumento cambial	244
7.8.1. Antecedente Normativo	244
7.8.1.1. Critério Material	244
7.8.1.2. Critério Espacial	246
7.8.1.3. Critério Temporal	247
7.8.2. Conseqüente Normativo	247
7.8.2.1. Critério Pessoal	247
7.8.2.2. Critério Quantitativo	248
7.8.3. Da regra de pagamento do imposto sobre operações com ouro como ativo financeiro ou instrumento cambial ...	249

CAPÍTULO VIII – SOBRE O CÂMBIO NA REGRA-MATRIZ DO IR E DA CSLL, 251

8.1. Generalidades a respeito do IR e da CSLL	251
8.2. Sobre a renda e lucro líquido	252
8.3. Alguns princípios aplicáveis ao imposto sobre renda	257
8.4. A Regra-matriz do IR e da CSLL	261
8.4.1. Regra-matriz simplificada do IRPF	262
8.4.2. Regra-matriz simplificada do IRPJ	263
8.4.3. Regra-matriz simplificada do Imposto sobre rendimentos	264
8.4.4. Regra-matriz simplificada da CSLL	264

8.4.5. Alguns esclarecimentos sobre as regras matrizes apresentadas	266
8.5. O problema do câmbio na regra-matriz do IR e da CSLL: algumas operações específicas	269
8.5.1. Generalidades e classificação das interações entre o câmbio e a RMIT do IR e CSLL	269
8.5.2. Notas sobre a contabilização e avaliação de ativos em moeda estrangeira	271
8.5.3. Especificidades do RIR	275

CAPÍTULO IX – OUTROS REFLEXOS TRIBUTÁRIOS DAS OPERAÇÕES DE CÂMBIO, 287

9.1. Noções básicas sobre os tributos envolvidos: CPMF, ICMS, ISS, II, AFRMM, IPI, PIS/COFINS e PIS/ COFINS Importação	287
9.2. Implicação na regra matriz dos tributos envolvidos	290
9.2.1. Importação de mercadorias e serviços	292
9.2.1.1. ISS	292
9.2.1.2. Imposto de Importação	293
9.2.1.3. ICMS	295
9.2.1.4. IPI	296
9.2.1.5. PIS/COFINS Importação	297
9.2.2. PIS/COFINS	298
9.2.3. CPMF	301
9.2.4. AFRMM	301
Conclusões	302
Bibliografia	307